



Documento-base

Educação Infantil de Qualidade

2023



Para uma Educação de Qualidade

“É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança.” – Provérbio Igbo¹.

Esse pequeno provérbio, atribuído aos povos Igbo da Nigéria, sintetiza de forma muito direta e poética o que é preconizado pela Constituição Federal Brasileira de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990:

“Art. 227º – É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” – Constituição Federal, 1988.

“Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.” – Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990.

A garantia de todos esses direitos envolve diferentes instâncias, atores e responsabilidades; por isso, a coordenação de esforços, a interação e o apoio mútuo entre todos os envolvidos é condição para o sucesso ou fracasso dessa garantia.

Pensar o papel da escola nesse contexto é absolutamente relevante, reconhecendo o espaço escolar como sendo um lugar em que se propõe intencionalmente favorecer o pleno desenvolvimento dos sujeitos e promover, desde muito cedo, a experiência da cidadania, por meio da convivência com estímulos e pessoas diferentes daquelas da vida familiar, que vão, portanto, ampliar horizontes e possibilidades. Convivência comunitária, lazer, cultura, dignidade, alimentação, saúde, respeito, educação... A escola participa de todos esses aspectos que proporcionam uma vida plena e tem ainda a responsabilidade de acionar outros órgãos em eventuais casos de violação de direitos. Para que tudo isso aconteça, o olhar atento e diligente de cada educador para cada criança, cada adolescente e jovem, os vínculos de cuidado e afeto, o respeito à diversidade cultural e às diferenças individuais, assim como as práticas pedagógicas de qualidade, são matéria-prima.

1. Os Igbos são um dos maiores grupos étnicos do continente africano, tendo a maioria de sua população concentrada na Nigéria (fonte: Museu AfroBrasil).

Contextualização

Muito antes de descobertas da neurociência, a pioneira educadora Maria Montessori ([Mente Absorvente](#) e [O Segredo da Infância](#)) já destacava que é na primeira infância que acontece o grande fervilhar da mente, o surgimento das primeiras perguntas filosóficas. Trata-se de um período essencial do desenvolvimento humano, fase em que as crianças passam pelo crescimento físico, cognitivo e emocional, sendo papel do adulto proporcionar experiências positivas e lúdicas, em um ambiente estimulante, seguro e de afeto, afirmando a criança como um:

“(...) sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.” – DCNEI, BRASIL, 2012

Primeira etapa da Educação Básica, além de obrigatória no Brasil a partir dos 4 anos de idade e reconhecida como direito social das crianças e das famílias na Constituição de 1988, a Educação Infantil tem como finalidade “o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social complementando a ação da família e da comunidade”, como dispõe a Lei de Diretrizes e Bases de 1996.

É importante ressaltar que o campo da Educação Infantil está em contínua revisão para **garantir práticas pedagógicas mediadoras das aprendizagens e do desenvolvimento das crianças e concepções de educação de crianças em espaço coletivo**. As Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil de 2012, ressaltam a importância de “assegurar práticas junto às crianças de quatro e cinco anos que prevejam formas de garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental”.

Acesso e qualidade na Educação Infantil

Investir no desenvolvimento infantil, em especial na Primeira Infância (de 0 a 6 anos), tem efeitos de longo prazo sobre os indivíduos e a sociedade ([HECKMAN, 2002](#); [NCPI, 2021](#); [FMCSV, 2021](#)), como a redução das taxas de violência, ganhos com a saúde pública e produtividade na vida adulta, além de ser uma das estratégias mais eficientes para quebrar o ciclo intergeracional da pobreza. Por conta desse potencial, as políticas de educação e cuidado na primeira infância se tornaram prioridade para muitos governos no mundo entre 2008 e 2017.

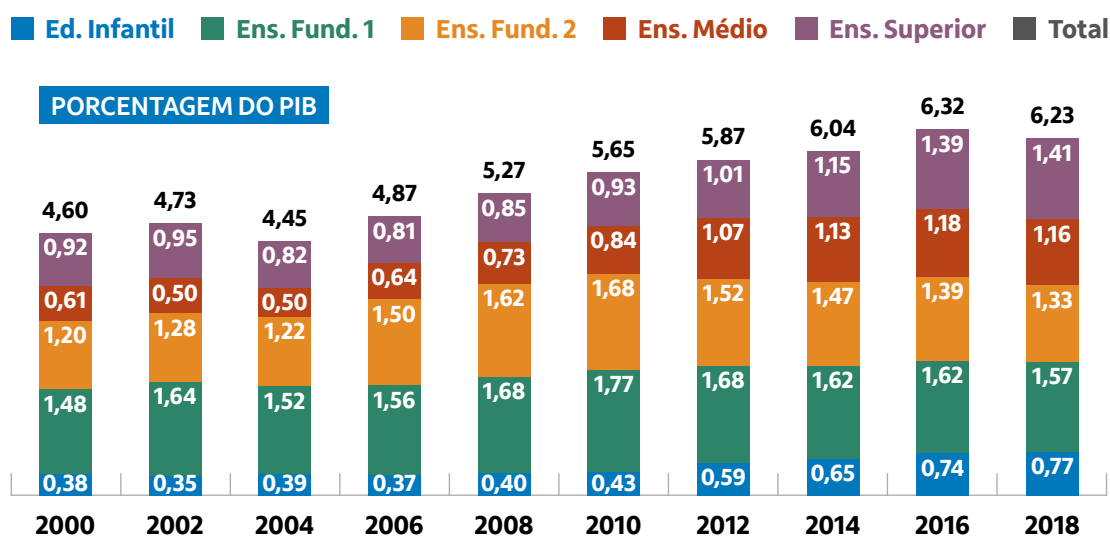
O Brasil fez parte dessa tendência mundial. Ao estender o Ensino Básico em 2009

para incluir a pré-escola (a partir dos 4 anos), conseguiu aumentar o número de matrículas na Educação Infantil. Em 2018, o índice de cobertura na pré-escola já estava acima da média da OCDE, com 90% para as crianças de 4 anos e 100% para as crianças de 5 anos. Contudo, a baixa qualidade da Educação Infantil no Brasil pode explicar porque esse crescimento não tem gerado um impacto tão positivo no desempenho educacional posterior quando comparado com a média dos países da OCDE.

Pesquisa desenvolvida pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas em Economia Social – LEPES (USP/Ribeirão Preto), em parceria com o Itaú Social e a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) em 12 municípios, mostrou em 2022 a baixa qualidade das práticas pedagógicas e dos ambientes de aprendizagem, mesmo em municípios de regiões mais ricas do país. Por exemplo, as observações nas turmas mostraram que a leitura de livros de histórias para as crianças não ocorreu em 55% das turmas de Educação Infantil. Se, por um lado, a Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil trouxe a possibilidade de melhores currículos e parâmetros de qualidade, o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC) do MEC foi totalmente descontinuado para as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental ([Avaliação da Qualidade da Educação Infantil: Um retrato pós BNCC](#)).

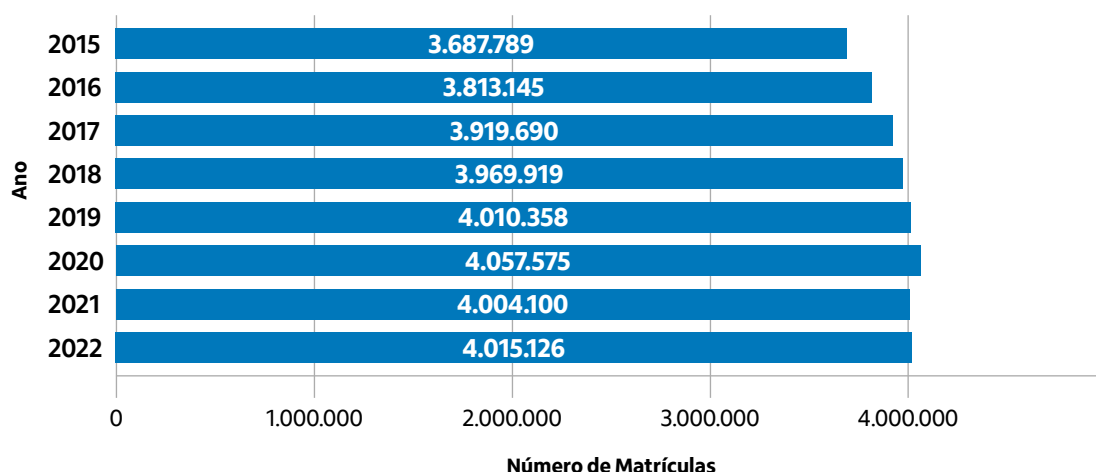
Há também gargalos em relação ao financiamento dessa etapa. O investimento público em educação foi de 6,23% do PIB em 2018, mas a primeira infância tem a menor participação no orçamento (0,77%) comparado com as outras três etapas da Educação Básica, mesmo tendo o número de matrículas próximo ao do Ensino Médio.

Investimentos públicos em Educação por nível educacional, porcentagem do PIB, Brasil, de 2000 a 2018



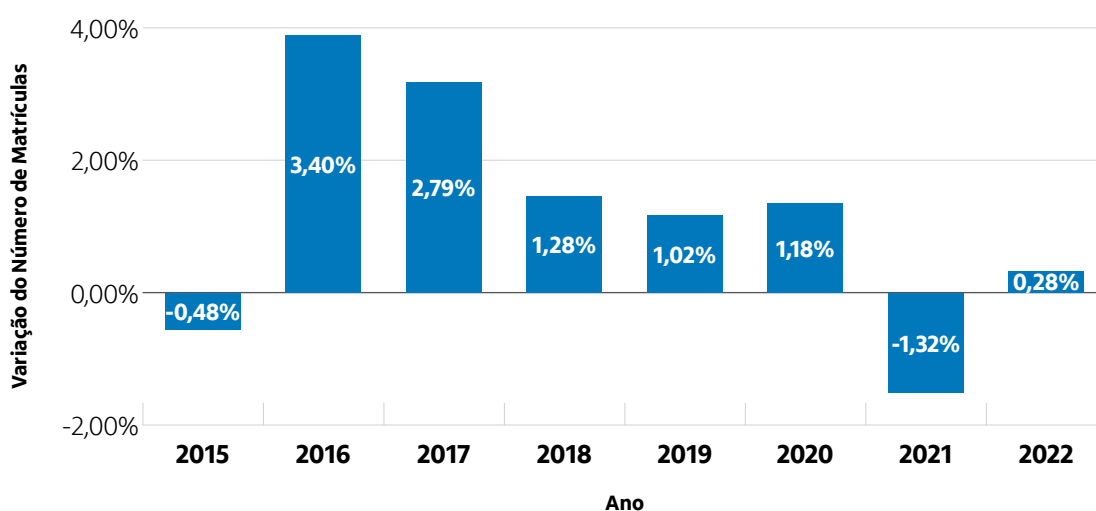
O Marco Legal da Primeira Infância, aprovado em 2016, estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas, incluindo educacionais, mas a formulação e implementação dessas políticas ainda são grandes desafios, com algumas exceções, como Boa Vista e o estado do Ceará. Sem financiamento adequado e coordenação dos esforços para essa etapa, que está totalmente sob responsabilidade das redes municipais, o país já estava distante de alcançar a meta do Plano Nacional de Educação (PNE) de 50% de matrículas para crianças de 0 a 3 anos antes de 2020.

Número de Matrículas na Pré-escola *versus* Data – Ano



Fonte: Censo Escolar. Elaboração Própria.

Variação do Número de Matrículas na Pré-Escola *versus* Data – Ano



Fonte: Censo Escolar. Elaboração Própria.

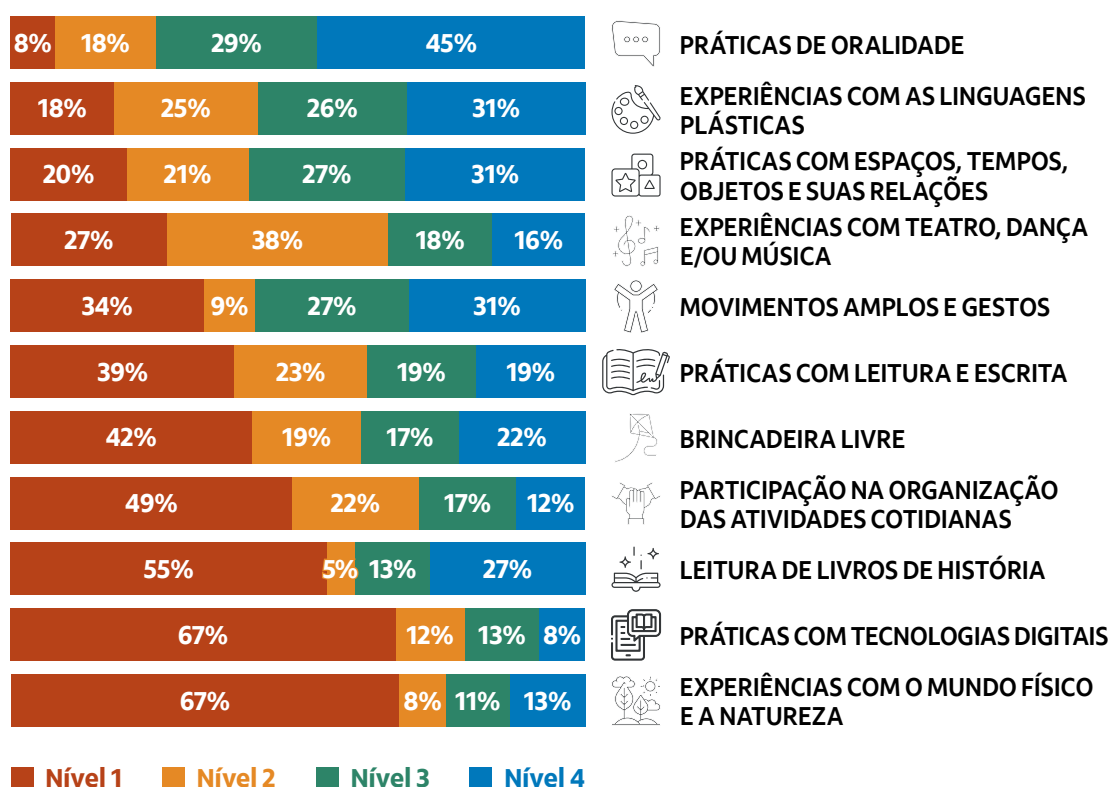
Os impactos da pandemia na Primeira Infância, analisados em estudos como o realizado pelo Itaú Social com FMCSV, demonstram que as desigualdades e o tamanho do desafio de acesso e qualidade só se ampliaram. Os desafios para garantir a oferta da Educação Infantil de forma ampla e com qualidade são muitos e vão desde a disponibilidade de vagas, passando pela qualificação das equipes dos órgãos da secretaria e das unidades da Educação Infantil (gestores escolares, professores, auxiliares e outros funcionários), gestão de recursos humanos e orçamentários disponíveis pelas secretarias municipais de ensino, até a estrutura física e materiais para o atendimento das crianças em espaços coletivos que favoreçam o desenvolvimento integral.

Na Educação Infantil, a experiência é um lugar importante. Quando nos referimos a lugar, trazemos o conceito elaborado por Milton Santos, que entende e conceitua lugar como “base espacial de trocas solidárias”: é onde a vida acontece. Organizar espaços coletivos com essa força exige a seleção e o fortalecimento de práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças pequenas, ultrapassando a lógica do cuidado pelo cuidado.

Práticas pedagógicas

Assumimos como campo prioritário para a atuação do Itaú Social a qualificação das práticas pedagógicas. Nossa decisão está embasada nos resultados da [Avaliação da qualidade da Educação Infantil](#), pesquisa realizada em 2022 que avaliou mais de 3 mil turmas de creches e pré-escolas em 12 municípios brasileiros, contemplando todas as regiões do país. Os resultados da avaliação nos auxiliaram para a tomada da decisão de focar esforços para a melhoria da qualidade das práticas pedagógicas voltadas para crianças com idade entre 4 e 5 anos e 11 meses, que corresponde também ao ano da transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.

Resultados das observações das “Oportunidades de Aprendizagens que ampliem o repertório por meio do brincar”, expressos em porcentagem de turmas nos diferentes níveis de qualidade



Nível 1: Oportunidade não oferecida.

Nível 2: Oportunidade oferecida, porém SEM ESTRATÉGIA que oportunize o protagonismo das crianças por meio do brincar.

Nível 3: Oportunidade oferecida com UMA ESTRATÉGIA que oportunize o protagonismo das crianças por meio do brincar.

Nível 4: Oportunidade oferecida com DUAS OU MAIS ESTRATÉGIAS que oportunizem o protagonismo das crianças por meio do brincar.

Fonte: Sumário Executivo – Avaliação da Qualidade da Educação Infantil – Um Retrato pós-BNCC (2022)
 Elaboração: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.

Outro aspecto importante para priorizarmos no campo das práticas pedagógicas é a Educação para as Relações Étnico-raciais (ERER) – que se organizam a partir dos princípios descritos nas [Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana](#), que são:

- **Consciência Política e Histórica da Diversidade.**
- **Fortalecimento de Identidades e de Direitos.**
- **Ações Educativas de Combate ao Racismo e à Discriminação.**

Faz tempo que a baixa qualidade da Educação Infantil no Brasil tem sido documentada por muitas pesquisas ([CAVALLEIRO, 2008](#); [DIAS, 2007](#); [OLIVEIRA, 2017](#); [TRINDADE, 2019](#)) que mostraram como as instituições se estabelecem como espaços de silenciamento sobre a questão racial. Embora não haja pronunciamentos, fica evidente a hierarquização racial na medida em que algumas crianças em detrimento de outras são elogiadas, abraçadas, escolhidas para as brincadeiras, recebem toques e afagos em seus cabelos. Essas são mensagens que vão moldando a percepção das crianças sobre si mesmas e os outros. Por isso, é importante a estruturação de estratégias pedagógicas em que a Educação para as Relações Étnico-Raciais seja parte integrante do desenvolvimento das crianças. Concebendo dessa forma, o espaço institucional dedicado à Educação Infantil como espaço de construção de relações saudáveis e de fortalecimento das identidades. Para fins de conceituação, compreendemos que as práticas pedagógicas partem da intencionalidade do processo educativo para mobilizar e reconhecer saberes anteriores, adquiridos em diferentes espaços, de forma a ampliar o que se entende como direito de aprendizagem para determinada etapa, a saber:

“(...) práticas pedagógicas são práticas que se realizam para organizar/potencializar/interpretar as intencionalidades de um projeto educativo. (...) As práticas pedagógicas devem se estruturar como instâncias críticas das práticas educativas, na perspectiva de transformação coletiva dos sentidos e significados das aprendizagens. As práticas pedagógicas incluem desde o planejamento e a sistematização da dinâmica dos processos de aprendizagem até a caminhada no meio de processos que ocorrem para além da aprendizagem, de forma a garantir o ensino de conteúdos e atividades que são considerados fundamentais para aquele estágio de formação do aluno, e, por meio desse processo, criar nos alunos mecanismos de mobilização de seus saberes anteriores construídos em outros espaços educativos”. (FRANCO, 2016)

Nesse sentido, para que práticas pedagógicas de qualidade ocorram, devemos considerar um **ciclo didático de aprendizagem**, que inclui: **(i) o planejamento, (ii) as experiências e os processos de aprendizagem e (iii) a avaliação**, esta última com o objetivo de analisar, qualificar e dar subsídios inspirados em evidências nos ciclos e processos anteriores.

Ao trazermos a prática pedagógica para o centro da nossa atuação no campo da Educação Infantil ofertada na pré-escola, intencionamos contribuir para a garantia dos direitos de aprendizagem preconizados na Base Nacional Comum Curricular – **conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se**.

Esse conjunto de direitos implica o **uso pedagógico do tempo e do espaço** que invariavelmente se organizam e são estruturados por meio do **planejamento**. O conjunto dos direitos de aprendizagem apresentados na BNCC implica tempos e espaços da Educação Infantil, que são importantes para o desenvolvimento de todas as crianças e precisam ser garantidos em todas as fases dessa etapa da Educação Básica. Conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se preconiza que o **uso pedagógico do tempo** seja garantido por meio de uma prática estruturada e organizada pedagogicamente

A partir da premissa exposta nas [Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI \(2012\)](#), podemos dizer que a **formação inicial e continuada** é um dos pontos que precisam ser revistos. São por meio de processos formativos que as concepções de desenvolvimento e aprendizagem, bem como o entendimento dos textos normativos que estruturam a Educação Infantil são apreendidos e se transformam em estratégias de atuação da gestão da rede e equipe da gestão escolar, até chegar à prática pedagógica, intrinsecamente ligada à gestão da sala de aula e às estratégias pedagógicas.

Para que as práticas pedagógicas melhorem em todas as turmas de pré-escola do país, é fundamental que se considerem ações sistêmicas das secretarias municipais, assim como das unidades de Educação Infantil, em alguns eixos estratégicos, como:

Eixos estratégicos:

- 1. Acompanhamento pedagógico e proposta curricular assegurados pelo órgão central**, endereçando inclusive as questões de educação para relações étnico-raciais, como parte intrínseca do conceito de qualidade e de acompanhamento pedagógico das unidades de Educação Infantil.
- 2. Seleção e formação de equipes gestoras especializadas** – diretores e coordenadores pedagógicos – para que cumpram bem seu papel enquanto lideranças pedagógicas na Educação Infantil, acompanhando e desenvolvendo sua equipe de professores e auxiliares, incluindo um olhar para a presença ou ausência de afetos em sua prática.
- 3. Curadoria e oferta de materiais pedagógicos**, incluindo livros de literatura infantil de qualidade, **que sirvam de apoio a práticas qualificadas**.
- 4. Organização dos espaços.**
- 5. Desenvolvimento/adaptação de rubricas que apoiem a avaliação formativa e a avaliação da rede sobre a qualidade das práticas** e rotinas de suas unidades de Educação Infantil.
- 6. Fortalecimento do regime de colaboração**, seja entre municípios por meio de arranjos ou consórcios intermunicipais, seja entre governo federal, estado e municípios, de modo a ampliar as condições de assistência técnica e financeira, **em especial para os municípios com menos recursos e menor capacidade instalada**.
- 7. Formação continuada em serviço para professores e auxiliares** de modo a qualificar suas práticas na pré-escola ([Percurso de Formação Educação Infantil – Polo Itaú Social](#)).